

SESSÕES DO PLENÁRIO

32ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA FÁTIMA NUNES LULA (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Boa tarde a todos e a todas.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, convocada com o objetivo de debater políticas públicas para as comunidades quilombolas, fundo de pasto e outras comunidades tradicionais.

Também estamos fazendo referência, hoje, ao Dia da África, que foi celebrado no dia 25 de maio, um sábado, dia em que não tem sessão aqui na Casa. Portanto, trouxemos para esta sessão especial esses dois temas que fazem parte da história do Brasil.

Convido para compor os deputados Jacó Lula da Silva e Marcelino Galo. Peço uma salva de palmas para eles. (Palmas) Agradeço a presença muito importante destes nossos pares de luta.

Também convido para fazer parte da Mesa as seguintes personalidades: Sr. Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Leandro Bastos Muniz; Sr.^a Coordenadora da Defensoria Pública Especializada de Proteção aos Direitos Humanos Itinerante, Lívia Silva Almeida, que neste ato representa o defensor público Rafson Saraiva Ximenes; Sr.^a Diretora de Articulação com os Núcleos Territoriais, Luana Machado, que neste ato representa o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues; Sr.^a Coordenadora do Centro de Culturas Populares e Identitárias, Cassi Coutinho, que neste ato representa a secretaria de Cultura, Arany Santana; nosso companheiro de batalha, ex-deputado estadual e atual superintendente parlamentar da ALBA, Bira Corôa; Sr.^a Coordenadora de Promoção da Equidade em Saúde, Ubiraci Matildes, que neste ato representa o secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas; Sr.^a Luciana Mota, assessora-chefe da Fundação Pedro Calmon. (Palmas)

Estamos aguardando a secretária Fabya Reis, que já havia me comunicado que está em viagem de Ilhéus para cá, e o secretário Josias Gomes, que também já está a caminho.

Convido também a deputada Neusa Cadore para fazer parte da Mesa.

Durante a sessão, faremos novos registros das autoridades presentes.

Estou vendo a prefeita Gracinha, de Araçás, que trouxe o Quilombo do Gaioso e o grupo Samba de Roda Raízes do Raposo.

Queria registrar que a integrante do grupo Samba de Roda Raízes do Raposo, a nossa jovem Petronila Neri Santos, está completando hoje 78 anos. Ela é uma grande sambadeira e vai sambar daqui a pouco. (Palmas)

Ao agradecer imensamente a presença de todos, devo lembrar de que hoje nós estamos aqui concorrendo com as ruas. Pela manhã, tivemos mais de 60 mil – até a hora que eu estava lá tinha essa quantidade – homens e mulheres nas ruas, com a marca especial da juventude, lutando pelo direito de estudar, lutando pela educação.

É claro que contaram e recontaram as suas histórias nas ruas. Protestaram e disseram a esse presidente que nós acreditamos que a educação é essencial para o desenvolvimento de um povo. Lá, nós contamos essa história. E aqui, naturalmente, cada povo, cada representante também irá contar a nossa história e recontar a nossa memória.

Começo convidando Pedro Son, coordenador territorial, para cantar o Hino Nacional. Solicitamos a todos que fiquem de pé. (Palmas)

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Que bom que temos a presença de todos e de todas vocês nesta sessão especial. Temos também a presença dos nossos deputados estaduais, cada um carregando a sua luta e a sua batalha de sempre.

Convido a deputada Neusa Cadore, presidenta da Comissão de Direitos Humanos, para presidir os trabalhos enquanto eu faço o meu pronunciamento.

(A deputada Neusa Lula Cadore assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Lula Cadore): Boa tarde a todos e a todas.

Com muita honra, convido para usar a palavra essa mulher forte, nossa companheira Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Mais uma vez, boa tarde a todos e a todas.

Mais adiante, saudarei cada grupo que está aqui, as organizações sociais dos territórios. Aqui tem gente de toda a Bahia, então agradeço imensamente esta oportunidade de vocês estarem aqui conosco.

Começo saudando a presidenta dos trabalhos, deputada Neusa Cadore; os deputados Jacó Lula da Silva e Marcelino Galo, que é o Líder da Bancada do nosso partido, que tem dez integrantes; o procurador do Ministério Público Federal Leandro Bastos Nunes... sou Fátima Nunes, será meu parente?; a coordenadora da Defensoria Pública Especializada de Proteção aos Direitos Humanos Itinerante, Lívia Silva Almeida, neste ato representando o defensor público Rafson Saraiva Ximenes; a Sr.^a Diretora de Articulação com os Núcleos Territoriais de Educação, Luanda Machado, representando aqui neste ato o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues; a coordenadora do Centro de Culturas Populares e Identitárias, Cassi Coutinho, que neste ato representa a secretária de Cultura, Arany Santana; o nosso companheiro de batalha, superintendente parlamentar aqui da Casa, o ex-deputado Bira Corôa. Muito obrigada, Bira, pela contribuição para a gente fazer esta tarde bonita hoje.

Também quero saudar a Sr.^a Coordenadora da Promoção da Equidade em Saúde, Ubiraci Matildes, que neste ato representa o secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas; a assessora-chefe da Fundação Pedro Calmon, Luciana Mota; e todas e todos presentes a esta sessão.

Agradeço e saúdo as presenças da nossa prefeita Gracinha e do nosso prefeito Germano, lá de Ribeira do Amparo. Ele não está neste plenário agora – deve estar dando alguma entrevista –, mas estava há pouco.

Devo dizer que pensamos juntos este 30 de maio.

Neste mandato, fui escolhida pelos nossos pares para ser a presidente da Comissão de Promoção da Igualdade. Pensar em igualdade e olhar para esta Bahia e para o nosso Brasil, logo a gente já sente o desafio. Um Brasil que tem muitos anos, mas a história que escreveram para a gente diz que só tem 519 anos.

Alguns podem até concordar com isso, mas muitos não concordam. Eu mesma sou uma delas. Ora, se veio alguém de outro país para cá, naturalmente, encontrou pessoas. Encontrou aqueles que eles chamaram de índios, por isso ficou na nossa memória e na nossa história. Apesar de ter ficado na nossa memória e na história, a gente sabe que, na verdade, ocorreu um genocídio, quando tiraram a vida dessas pessoas tão sagradas, que cultivavam a terra do seu jeito próprio e, com certeza, viviam felizes.

Mas acharam pouco dizimar os índios – alguns correram, se esconderam e resistiram – e foram a outro continente, a África, lugar que tinha uma população de cor diferente. E só por ser de cor diferente, aqueles cruéis acharam que podiam sequestrar, dividir as famílias e trazer aquelas pessoas para cá no fundo do navio, como se fossem aqueles carneiros que a gente leva para a feira.

Os que resistiram a essa viagem tiveram longos anos de tortura aqui, num sistema escravocrata que buscava somente o lucro gerado pela força do trabalho de homens e de mulheres nas fazendas, no canavial, na extração do ouro, no corte do pau-brasil. E quantas dores no coração desses homens e dessas mulheres! Dores tanto pelo trabalho pesado quanto pelos castigos que impunham a eles, simplesmente por não aceitarem a resistência e a rebeldia de alguns.

A gente chega a 2019, mais de 500 anos depois, e é obrigada a cantar: “Ninguém se engana, ninguém se engana, que a nossa história já começou desumana. Ninguém se engana, ninguém se engana, que a nossa história já começou desumana”. E o pior, essa história desumana continua. Enfeitam praça, botam placa em rua, mas o racismo insiste em continuar querendo diminuir o valor das pessoas simplesmente pela cor. A gente não pode concordar com isso.

Vou falar pouco para deixar mais tempo para os nossos palestrantes da Mesa, mas quero ainda dizer que a gente não aceita nenhum tipo de discriminação, de perseguição, de ditadura, principalmente neste tempo que, cruelmente, de uma hora para a outra, começou a se instalar esse fascismo. A gente está aqui nesta tarde para dar o nosso grito de luta pela liberdade de um povo. O povo negro existe e resiste com o desejo de viver feliz, com dignidade, como qualquer outro.

Fui a outros países por aí e não vi ninguém distinguir uma pessoa por ser negra. É uma pessoa. Mas, no Brasil, ainda é preciso se fazer sempre essa segunda fila para criar oportunidade para a gente. Foi assim com a lei de cotas, é assim em cada secretaria, onde é sempre preciso abrir uma porta para a gente entrar e começar a fazer valer o que está escrito na Constituição Federal.

Observem que a Constituição Federal de 1988 abriu um espaço para a gente dizer: olha, eu existo, eu sou povo, eu sou gente, eu tenho dignidade, eu sou um cidadão e eu quero democracia.

Sei que os historiadores vão debater melhor do que eu esse tema, porque sentaram nos bancos das universidades e estudaram profundamente esse assunto, mas fico imaginando como está, hoje, o coração dos pais, das mães, dos amigos, dos lutadores que veem a cada momento um presidente fascista passar a borracha em todas as políticas públicas que a gente assegurou na Constituição de 1988. Políticas que abriram a porta para se construir casas e estradas, para se reconhecer o povo quilombola. Repito, estão passando a borracha em todas essas políticas públicas, jogando na lata do lixo o que foi escrito.

A gente lutou até conseguir eleger o maior e melhor presidente que o Brasil já teve, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele chegou à Presidência para garantir esses direitos. Mas agora, quando a gente devia estar lutando para conquistar o que ainda não tinha, lamentavelmente, a gente está lutando para não perder aquilo que já tinha conquistado. Vocês sabem que só botaram Lula naquele cárcere para tirarem essas conquistas que a gente alcançou nesses 40, 50, 80 anos de luta.

Esta tarde de hoje é para dizer que a gente não vai se acovardar e vai continuar na luta pelos direitos conquistados. A gente quer Lula livre!

Muito obrigada (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Lula Cadore): Neste momento, convido para fazer parte da Mesa a secretária de Promoção da Igualdade Racial, Fabya Reis, que representa o governador Rui Costa neste ato. (Palmas)

Devolvo a coordenação da Mesa à deputada Fátima, que é a proponente desta sessão e, também, a presidenta da Comissão da Promoção da Igualdade.

(A deputada Fátima Nunes Lula assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada a todos e a todas.

Agora, convido o grupo Samba de Roda Raízes do Raposo, de Araçás.

Claro que aqui vocês não vão poder se espalhar com tanta beleza como fazem lá no quilombo. O espaço é um pouco apertado, mas dá para fazer a apresentação. Agradeço imensamente a vocês.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada à coordenadora do grupo Samba de Roda Raízes do Raposo, Márcia Nere.

Claro, se a gente não tivesse tantas outras atividades, a tarde seria pouca para nós. Até a gente iria descer ao plenário para entrar no meio e sambar à vontade. Tem gente que sabe mais; outros sabem menos; mas, ao final das contas, todo o mundo sabe um pouco.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Nós vamos conceder a palavra, agora, à nossa jovem Luanda Machado, representante do Secretário da Educação do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues.

Enquanto Luanda chega até a tribuna, nós vamos registrando as presenças da vereadora Marta Rodrigues, de Salvador (palmas); de Martiniano Costa, vice-presidente estadual do PT (palmas); de Adinil Batista de Souza (palmas); Pan Batista Mene, presidente do Conselho Estadual de Cultura – CEC (palmas). Depois, registraremos as presenças dos demais.

Com a palavra Luanda.

A Sr.^a LUANDA MACHADO: Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a deputada Fátima e estendo os cumprimentos para os demais membros da Mesa.

Primeiramente, estou muito feliz por estar nesta sessão especial.

Eu gostaria de começar a falar da importância da data 25 de maio, pois é a referência da comemoração do Dia da África.

(Lê) “O dia 25 de maio de 1963 foi a data da fundação da Organização de Unidade Africana (O.U.A.), na cidade de Adis Abeba, capital da Etiópia, para enfrentar o colonialismo e o neocolonialismo com a consequente apropriação das riquezas do continente africano, visto de dentro do vigoroso ideal da sua emancipação.”

Gostaria de ressaltar que o Dia da África serve, para nós, como uma oportunidade para refletir sobre a maneira que o Estado brasileiro negligenciou e continua negligenciando o importante continente africano de onde vieram os nossos antepassados. Para nós, baianos, esta data serve como um significado todo especial, porque temos a maior população de descendentes de africanos do Brasil.

(Lê) “Portanto, mais do que tudo, gostaria de deixar claro, para a nossa população, que nós devemos, sempre, celebrar o Osso de Ishango, pois revela as bases da escrita matemática desde 20 mil anos antes de Cristo. A descoberta se deu no vilarejo de Ishango, no Congo. À época, a comunidade científica ficou espantada por esta descoberta.”

Gostaria, também, de ressaltar que o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de forma veemente, fez uma afirmação contundente ao dizer que (lê) “o estreitamento das relações Brasil-África não era, apenas, uma obrigação política, mas sobretudo uma reparação”.

Gostaria de dizer a vocês que estou muito feliz em participar desta sessão especial. Gostaria de fazer um enfoque da Lei n.º 10.639, conhecida por todos nós, assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de janeiro de 2003, modificou a Lei de Diretrizes e Base da Educação do Plano Nacional de Educação e

tornou obrigatório o ensino de história das culturas afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. Essa decisão visou, dentre outros aspectos, permitir um maior acesso ao conhecimento da África.

Gostaria de ressaltar o lançamento do programa de fomento do ingresso de negros nos quadros diplomáticos através das bolsas para a preparação do curso do Instituto Rio Branco, pois a ação é destinada a estreitar, ainda mais, a percepção histórica do Brasil com a África.

Tem uma série de outras coisas aqui. Mas eu não vou me alongar. Eu acho que os demais podem explanar junto comigo.

Gostaria de dizer, para vocês, gente, que o Dia da África vai muito além do constatar que o Brasil pode ser um parceiro comercial importante para o continente. É preciso reconhecer ainda que está sendo um país, majoritariamente, de descendentes africanos: a relação do Brasil com a África.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que a gente precisa superar os estereótipos desta natureza equivocada que mudaram a visão de muitos sobre a África como um lugar de fome, miséria e doenças.

Por fim, gostaria, também, de dizer a vocês que a África está em nós, mesmo que alguns nos neguem.

Vida longa aos que lutam pela superação do racismo que, historicamente, vítima milhões e milhões, de lá para cá, de africanos.

Viva o Dia da África!

Obrigada, gente. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada, Luanda Machado, pois a sua fala foi muito boa. Sei que você trouxe um conteúdo muito longo. Por isso, peço deixar tal documento para nós, a fim de registrarmos nos Anais desta Casa.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Quero convidar o secretário de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes, para fazer parte da Mesa. (Palmas)

Quero registrar as presenças do vereador Jânio, de Monte Santo. Ele está, ali, sentado na primeira fila e trouxe as duas comunidades quilombolas: Acaru e Quilombo da Lage do Antônio. Obrigada pelas presenças e pela participação.

Registro as presenças de Kâhu Pataxó, do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas do Estado da Bahia; de Anabel de Sá Lima Carvalho, da Coordenação de Assuntos Federativos da Serin, muito obrigada, Anabel, pela presença, minha conterrânea do Sertão; de Eduardo dos Santos, presidente do Projeto Social Urbano Boa Vista; do cantor e compositor Viny Brasil, da Cultura do Forró, muito obrigado; de Clarindo Silva da Acopelô, ou seja, Associação dos Comerciantes do Pelourinho; de Francinete C. da Silva, diretora de Esporte e Cultura do município de Araçás, obrigada, companheira; de Luis Maciel de Oliveira, mais conhecido por Lula, nosso secretário da prefeitura de Lauro de Freitas; de Valdomiro Xavier, que a gente chama de Val, do quilombo Gaioso, município de Araçás.

Muito obrigada a todos pelas presenças.

Vamos ouvir, agora, a música *Canto das Três Raças*, de Clara Nunes. Hoje, o nosso cantor Pedro Som veio preparado.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada pelo som.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Agora, nós vamos ouvir a palavra de Cassi Coutinho, representando a Secretária de Cultura do Estado da Bahia, a Dr.^a Arany Santana.

A Sr.^a CASSI COUTINHO: Boa tarde a todos.

Gostaria de parabenizar a deputada Fátima Nunes pelo evento e, ao mesmo tempo, agradecer o convite para participar deste Dia da África.

Esta sessão especial é de extrema importância para a gente tomar conhecimento sobre esse continente que terminou por mandar, forçadamente, um grande número de pessoas para o Brasil. Especialmente, esta sessão especial faz menção a políticas públicas para comunidades quilombolas, fundo e fecho de pasto e outras comunidades tradicionais, em um momento como este em que nós estamos perdendo direitos conquistados durante todo o período do nosso governo petista.

E é uma política da Secretaria de Cultura dar visibilidade, promover e fomentar culturas populares e identitárias como o que aconteceu, aqui, antes das nossas falas. Então o objetivo é fortalecer.

Gostaria de dizer que a secretária Arany Santana, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, está se fazendo presente para lembrar que estamos como política de governo deste estado fomentando e promovendo políticas públicas para povos e comunidades tradicionais.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Convido, agora, para se pronunciar, a coordenadora da Promoção da Equidade em Saúde, Ubiraci Matildes, representando o secretário da Saúde, Dr. Fábio Vilas-Boas. (Palmas)

A Sr.^a UBIRACI MATILDES: Boa tarde a todos e a todas.

Em nome do secretário estadual da Saúde, eu gostaria de saudar a deputada Fátima por esta iniciativa e, ao mesmo momento, dizer da sua vibração em continuar defendendo estas manifestações no cenário da Assembleia Legislativa da Bahia.

Digo isso ao tempo que quero cumprimentar toda a Mesa na figura da deputada e da secretária Fabya Reis, também, pela sua vibração e pela sua determinação no que diz respeito às políticas de equidade no estado da Bahia.

Ao plenário, eu gostaria de saudar a minha nobre companheira que está presente, uma outra mulher guerreira. Parabenizo você pela sua iniciativa, pois, ontem, foi, realmente, o retrato de que Salvador reconhece o seu trabalho e os

trabalhos dos deputados e das deputadas que estão, lá, defendendo a população negra da Bahia e de Salvador.

Então, eu não poderia deixar de saudar você, minha grande amiga, companheira, contemporânea da Câmara de Vereadores, para dizer deste empenho em um momento em que a gente percebe uma nefasta evasão por parte do presidente da República de detonar e acabar todos os direitos conquistados pela Constituição de 1988.

Neste lugar, não só historiar a questão da importância do continente africano para a economia e a cultura brasileira, mas também dizer que o povo africano traz, para este país, ensinamentos inquestionáveis sobre a questão da saúde e a questão da educação. Junto a isso, ele colabora, objetivamente, com o desenvolvimento econômico e cultural deste país.

Então não é possível, minha secretária Fabya Reis, a gente encarar um momento como este sem perceber a importância da data 25 de maio e, mais ainda, hoje, 30 de maio, porque nós estamos celebrando o Dia da África.

Mas nós presenciamos, desde ontem, a manifestação do povo de Salvador e do povo da Bahia ao dizer não a este tipo de intervenção neoliberal do presidente da República.

Eu gostaria, neste curto espaço de tempo, dizer que nós estamos, na Secretaria da Saúde, com uma tarefa muito árdua, Fabya. Primeiro, temos de dar visibilidade a um trabalho, pois o mesmo tem pouca visibilidade dentro da Secretaria da Saúde por conta de uma questão não só da Secretaria da Saúde, mas, também, de toda a instância de poder do Brasil que é o racismo institucional.

Nós não podemos celebrar o Dia da África sem dizer da importância de todos os trabalhadores e as trabalhadoras do estado compreendendo a saúde, a educação, o desenvolvimento social abrangendo o mapeamento e a valorização do povo africano, através dos quilombolas, pois esses são os verdadeiros herdeiros da história do povo que pavimentou, exatamente, este país.

Devemos saber da importância do povo de terreiro de candomblé e umbanda, pois essas unidades mantêm, a duras penas, as suas tradições em um estado de valores completamente eurocêntrico, ao não valorizar a cultura africana, particularmente, a religião.

Haja vista esta Casa. É só olhar para traz. A gente percebe, objetivamente, como, ainda, é importante celebrar o Dia da África nesta Casa e em todas as casas legislativas. Digo isso porque nós sabemos que estão tentando fazer sucumbir o povo negro, herdeiro de uma herança milenar que é a herança da cultura africana.

Então, falo, aqui, enquanto coordenadora das políticas de equidade e saúde da Sesab, pois nós temos, lá, a Política Estadual de Saúde da População Negra, através de um Decreto n.º 14.720 do Estado da Bahia. Entreguei, agora, às duas deputadas, porque eu acho, Neusa e Fátima, que esta não é uma questão do Executivo, simplesmente.

Esta é uma questão, também, do Parlamento. O Parlamento que aprovou este decreto precisa trabalhar, efetivamente, com os princípios da reforma sanitária, trabalhar com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde que, também, está ameaçado pelo governo federal.

Tudo é no sentido de retirar direitos da saúde básica, da saúde primária, do internamento de urgência e emergência, dos transplantes em uma cidade e em um estado que, agora, o IBGE diz que nós temos 80% de negros autodeclarados.

Não podemos achar que está tudo maravilha quando a gente sente dificuldades em traçar o perfil epidemiológico. E, aí, eu quero chamar a atenção dos prefeitos e vereadores, porque é responsabilidade dos prefeitos e dos vereadores trabalhar a questão da saúde da população negra. Aí, está, objetivamente, a necessidade da saúde da população quilombola e da população negra do nosso estado.

Nós sabemos que a Política Estadual de Saúde da População Negra está dividida em duas seções. A responsabilidade do estado é dar apoio e implementar a política. Mas há uma responsabilidade muito grande por parte dos prefeitos e por parte das prefeitas para pactuar, com a Secretaria de Saúde, a importância desta política.

Por isso, Fátima e Neusa, eu passei para vocês, porque é importante, no mandato de vocês, ter uma pauta objetiva sobre saúde da população negra para, nas suas andanças pelos municípios, poder dialogar com os prefeitos e com as prefeitas, a necessidade de um quilombola fazer, ordinariamente, os seus exames naquele município.

Nós, da Sesab, temos a responsabilidade de amparar a nossa rede para receber a alta e a média complexidades.

Mas quanto a impedir de ficar doente e a fazer a prevenção, isso é responsabilidade dos municípios. Isso está na Constituição de 1988, está na lei de 80. Então, nós temos que fazer valer as nossas leis a partir dos municípios e estados para o presidente da República não retirar os direitos na saúde, como está tirando.

Eu queria dizer algo a todos os presentes: parlamentares, secretários, coordenadores e populações, negra e não negra. Nós precisamos estar atentos para uma grande manobra do Ministério da Saúde, pois este órgão acabou de fazer uma reforma institucional no ministério ao retirar a população negra do cenário das atividades; ao retirar, objetivamente, o nome raça de todos o seu preâmbulo de diretrizes do SUS; ao retirar a palavra gênero de todos os seus preâmbulos da política de saúde no Brasil.

Então, não é um momento fácil este que nós estamos vivendo. Não é o momento de celebrar qual a importância da cultura sem olhar as consequências da não aplicação das políticas públicas para essa população que sofre, Sr. Secretário!

Vejam, há estrada que não tem condição de se trafegar como eu já visitei. Fui fazer uma consulta na sede do seu município. Às vezes, a luta é para ter um posto de saúde, mas o seu acesso é incompatível com a sua necessidade. Não há uma ambulância que faz, objetivamente, no seu município, o transporte para a grande capital.

Então nós precisamos fazer deste Dia da África um momento de levante da nossa necessidade, particularmente da população quilombola, do povo negro, da população tradicional, para a gente poder seguir, brevemente, na luta contra todas as formas de opressão e de perda que foi conquistada, com muita determinação, pelo povo brasileiro.

Para encerrar, mais uma vez, parabenizo a iniciativa.

O SUS não tem dono! O SUS é do povo brasileiro!

Muito obrigada. (Muitas palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada, Dr.^a Ubiraci Matildes.

A gente é acostumada a cantar, lá, no Sertão assim. “Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm. Se não tem nossos direitos, o Brasil perde também.” Se não vierem os nossos direitos, o Brasil toma prejuízo. Por isso, nós estamos, aqui, neste dia de luta. A sessão especial, também, tem esta marca.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): E, agora, convido o superintendente parlamentar, ex-deputado Bira Corôa, para fazer sua saudação sobre o Dia de África. (Palmas.) Foi o proponente, exatamente, lembrou bem a Dr.^a Fabya Reis que foi proponente aqui na Bahia para que a Bahia tivesse esse dia estadual, Dia de África.

E, também, foi o presidente da Comissão de Promoção da Igualdade nos dois mandatos que eu estava acompanhando.

Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA: Uma boa tarde a todas e a todos, que quero pedir licença a toda a Mesa para não nominar com as saudações toda a Mesa, saudando a proponente desta sessão, a deputada Fátima Nunes e saudando a secretária Fabya Reis.

Fátima Nunes, saudando pela iniciativa de manter nesta Casa, pela segunda vez que ela faz esse gesto de compromisso de militância e de respeito a nossa identidade sociocultural e econômica, assumindo a Comissão de Promoção da Igualdade nesta Casa.

E, trazendo para todos nós mais um dia de luta, porque Dia de África, além da celebração do reconhecimento é um dia de resistência, é um dia de afirmação de bandeiras e de consolidação de trincheiras de lutas, porque ainda vivenciamos situações semelhantes da luta pela abolição e conseqüentemente do combate ao enfrentamento a toda a extensão do racismo.

Queria em igual condição, também, em nome da secretária, saudar todas as representações governamentais aqui presentes nesta tarde, especialmente na Mesa, isso, porque a Bahia apesar de levar o título de estado mais negro fora da África, de vivenciar os municípios mais negros do que a maioria dos municípios africanos. Nós

temos municípios em nosso estado que autoassumido é mais negro do que qualquer cidade africana, mas padece e vinha padecendo há muito tempo de políticas afirmativas e de planos gestões de governo que nos incluísse na condição de cidadania e de acesso aos direitos constitucionais e de respeito dentro da nossa própria legislação.

E, é a partir do governo do estado da Bahia, assim como no Brasil é a partir da iniciativa do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que nós não poderíamos fazer um ato como esse, sem chamar a atenção da sociedade para dizer Lula livre (palmas), porque lá está ora no cárcere, não por erros, não por comprometimento ou desvio de recursos públicos, mas, sim, pelos acertos, porque por confrontar a elite burguesa do nosso país e contradizer os interesses do capital internacional, por promover políticas inclusivas que nos deu visibilidade na condição de povos e comunidades tradicionais; nos deu visibilidade como negros, quilombolas, povo de terreiro; nos deu visibilidade na condição de indígenas, e aqui eu quero aproveitar para saudar a nossa comunidade tradicional mais original do nosso país, nossos parentes indígenas; nos deu visibilidade na condição de políticas sociais LGBT's, mulheres, juventude, entre outros que poderia aqui listar; nos permitiu ter o direito e acessão a políticas na condição de marisqueiras, pescadores tradicionais, fundo e fecho de pastos, entre outros povos de comunidades tradicionais. Nos incluiu na condição de ciganos como povos de reconhecimento nesse nosso estado e nesse nosso país.

E é por isso que Luís Inácio Lula da Silva, nossa companheira, vereadora Marta, está na condição de cárcere porque essa elite burguesa e essa sociedade representada pelos interesses do capital internacional não nos aceita.

Então é importante dizer que o dia de hoje, que é o dia que nós celebramos nesta Casa o Dia de África, não poderia ter um tema mais sugestivo do que o que nos é apresentado: comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais do nosso estado e do nosso país, e que inclui, além de nossa representatividade negra a partir dos quilombos, nos inclui também o fundo de pasto, fecho de pasto, nos inclui também marisqueiras, pescadores, indígenas, ciganos, geraizeiros e extrativistas, porque aí sim está a representação, de fato, da identidade sociocultural e econômica do povo brasileiro.

Eu costumo dizer do enfrentamento a partir dos quilombos, que nascem lá na reorganização e estruturação nas senzalas, quando a partir da liderança religiosa e conseqüentemente da reorganização da estrutura familiar nascem ou surgem os pais e mães de santo que pela afirmação da religiosidade de matriz africana, pela nossa identidade religiosa teve a capacidade de nos reagrupar, não apenas negros, negras ou filhas e adeptos de santo ou adeptos do candomblé, mas também indígenas, brancos desgarrados dessa mesma sociedade ou excluídos, entre outros que nos espaços das senzalas tiveram o acolhimento familiar e reorganizaram a estruturação, e reorganizaram a nossa resistência. É a partir desse processo que os quilombos surgem nesse nosso país como centro de resistência, como marco identitário da nossa própria presença nesse contexto da sociedade, nobre secretário Josias Gomes e nosso deputado federal.

É importante trazer para este debate essa discussão para esta Casa, para este poder constituído a importância de nos Anais desta Casa, nobre deputada Fátima Nunes e nobre deputada Neusa Cadore, constar o registro oficial da celebração dessa data.

25 de maio é nada mais, nada menos do que a representatividade da presença negra na consolidação, na construção dessa nossa sociedade baiana. Da identidade e da identificação do nosso povo soteropolitano, porque os quilombos estão presentes no cotidiano das nossas vidas. Se discutirmos a situação de condição de vida de uma cidade como Salvador, que não é diferente das cidades do nosso estado, nós somos consolidados por um conjunto de quilombos espalhados em toda a periferia da nossa cidade, e no coração da cidade de Salvador. Porque se pegarmos o Centro Histórico, o centro antigo de Salvador, a nossa presença é marcante numa condição de exclusão, de não ter acesso direto às políticas e de direitos constitucionais consolidados.

E este ano é diferenciado, porque ele é marcado pelo ano mais duro da sociedade brasileira, quando esse governo que aí está, insiste em extrair direitos constitucionais consolidados pela sociedade e pela força das nossas lutas; quando o dia de hoje é marcado por grandes manifestações em todo o país, a partir da juventude e de outros setores da sociedade, que dizem não a essa política excludente do governo federal, de retirar verbas das universidades federais e dos institutos federais com o único objetivo, não de contenção de despesa, porque educação não é gasto, é investimento, é consolidação da sociedade, mas sim, porque eles não aceitam a nossa presença nas universidades desse nosso país.

Eles temem é que essa menina que ora está nas universidades, seja pelas cotas ou pelos processos de políticas inclusivas, possa fazer a real revolução de ocupar os espaços que durante séculos, fora privilégio dos mesmos. Então, é por isso que o dia de hoje é um dia importante, é um dia estratégico.

Eu me preparei, até para um grande discurso, mas abri mão do discurso, porque no dia de hoje, não temos que ficar presos a detalhes ou fatos históricos. Temos que trazer para esse enfoque, para esse debate a nossa participação, o nosso compromisso, a nossa contribuição nessa trincheira e nessa frente de luta.

É por isso que eu, aqui hoje, tenho que me curvar agradecendo a resistência dos nossos quilombos. Temos que nos curvar agradecendo a perseverança ao espírito de luta dos povos e comunidades tradicionais, que preservaram a nossa identidade sociocultural, que reafirmaram a nossa capacidade de resistência na ocupação dos espaços. E dizer que para que esse país, de fato, possa cumprir com o seu papel social de justiça e de reconhecimento, nós temos que ter o reconhecimento e a titulação das terras quilombolas, o reconhecimento e demarcação das terras indígenas para assim, assegurar um direito social de representatividade e de cidadania.

Assegurar o direito à educação de qualidade, a partir do ensino público. Assegurar, acima de tudo, o direito e espaço dessa sociedade com igual condição, de acesso e de valorização. Por isso o dia de hoje é um dia estratégico, um dia importante, que eu quero findar agradecendo. Agradecendo a ação do governo estadual da Bahia. Porque lá a partir do então governador Jaques Wagner que teve a

sensibilidade e o compromisso de nos permitir trazer para esta Casa e para os espaços dessa sociedade o direito de debater políticas inclusivas. E que ora é muito bem representada e conduzida pelo governador Rui Costa.

Então não poderia deixar de dizer que poucas vezes esta Casa esteve numa mesa para debater uma temática como a nossa, que foi excluída do contexto da sociedade, com a representação de um governo do estado com tantos secretários, como aqui estão. Uma representação de setores estratégicos de órgãos que atentam e debatem políticas afirmativas e inclusivas.

E não poderia deixar de dizer nós nos sentimos não representados, mas parte desse processo. A história passa a ter uma nova edição. Não contada por aqueles que não fizeram histórias de exclusão ou de anonimato. Mas na condição de protagonistas da nossa própria história. Presentes na nossa real identidade.

Então é por isso que o Dia de África é, para todos nós, um dia simbólico de luta, um dia estratégico, mas acima de tudo um dia de afirmação. Por isso me sinto muito, muito contemplado por esta sessão de hoje. Agradeço veementemente a ação e a iniciativa da deputada Fátima Nunes. E digo, Fátima, como me sinto representado pela sua presença aqui, conduzindo a Comissão de Promoção da Igualdade, pela afirmação da nossa luta e pela garantia das nossas identidades socioculturais. Frente e firme nas nossas lutas! Que os povos e comunidades tradicionais tenham vida longa para que a gente possa, de fato, contemplar essa história com a nossa presença e com a edição dessa história dignificando e respeitando as nossas próximas gerações que ainda estão por vir. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada, deputado Bira Corôa.

Enquanto convido mais um a se pronunciar aqui, queria registrar a presença de Lilian Santana, presidente da Associação Quilombola do Gaioso, Araçás, Bahia; de Percídio dos Santos, ex-prefeito de Itanagra, Bahia; de Elen dos Santos Soares, coordenadora do NEI, Núcleo de Estudantes Indígenas da UFBA, estavam aqui presentes, caminharam conosco, estão por aqui pela Casa, resolvendo alguns problemas; de João Batista, coordenador do Codequi, Coletivo de Estudantes Quilombolas da UFBA; na UFBA tem dois coletivos, o coletivo dos indígenas e o coletivo dos quilombolas. E estão todos presentes aqui participando da sessão. Muito obrigada.

Registrar a presença de Luciana, membro do Movimento Sem-Terra de Salvador. Registrar a presença das comitivas que vieram de cada município.

Eu disse, no início, que hoje competia aqui no CAB, que é longe do centro do Centro, com a sessão especial onde caminhamos lá com 60 mil pessoas... Foi uma presença muito desafiadora e muito motivadora vocês toparem vir para cá agora à tarde.

Então eu queria registrar a comitiva de Tucano, Itanagra, Araçás, Monte Santo, Jeremoabo, Uauá, Madre de Deus, Feira de Santana e Lauro de Freitas que chegou para o Cerimonial. Mas algum outro município que esteja presente...

Uauá está aqui representado, levante aí Valdevino. Os fundos e fechos de pastos. (Palmas) Muito obrigada.

Agora, vai fazer uso da palavra a assessora chefe, Luciana Mota, representando o diretor da Fundação Pedro Calmon, Zulu Araújo. (Palmas)

Daqui a pouco, tem música, viu? Se preparem, peguem os tambores.

A Sr.^a LUCIANA MOTA: Boa tarde.

Eu quero saudar a Mesa. Não vou nominar, mas quero saudar todas as mulheres que compõem essa Mesa; quero também saudar a plateia, mas eu quero saudar em especial as crianças que se fazem presentes neste plenário porque a gente precisa acreditar que nós vamos reverter a situação na qual nos encontramos. Então a gente precisa ter esse otimismo, essa possibilidade e isso reside nas crianças.

Eu estava refletindo ali enquanto ouvia as falas. E algumas pessoas que me antecederam já conseguiram dar conta da importância desse momento. Então eu fiz a opção de tratar da política pública no que diz respeito ao planejamento e o que nos moveu, inclusive, compor essa Mesa que está aqui.

Eu não sei se todo mundo aqui conhece a Fundação Pedro Calmon. A Fundação Pedro Calmon é uma instituição ligada à Secretaria de Cultura, que está aqui representada pela brilhante Cassi, que é da CCPI, trabalha com livro, leitura, biblioteca, memória, história, os documentos do governo do estado, o memorial dos governadores, arquivo privado de personalidades.

Pensando na política que a gente desenvolve, a gente não trabalha isso sem a integração necessária. E aí como nós estamos num processo de planejamento em que tenho que parabenizar, inclusive, a Secretaria de Planejamento porque está tendo um cuidado muito especial com a Sepromi, com a SPM para garantir uma integralidade, dizer que todos nós aqui presentes, neste momento, devemos refletir sobre os nossos compromissos, sobre as nossas iniciativas, para garantir que nos próximos quatro anos povos e comunidades tradicionais tenham ação orçamentária no PPA do governo do estado. Não podemos abrir mão disso. (Palmas)

Vocês poderiam me perguntar aqui: Luciana Mota, e na pasta que você está como assessora chefe é possível? Sim. A gente há algum tempo, que eu até me questionava porque a gente não conseguia fazer mais para este segmento, nós tínhamos a Arca das Letras, vocês se recordam? Nós tínhamos as bibliotecas, os agentes de leitura, voltados para as comunidades tradicionais, com o apoio do MDA, com o apoio da Cepi. Essas questões, comunidade e colegas, elas precisam ser revisitadas, precisamos ver as iniciativas que o governo teve, com Lula e Dilma, para nossas comunidades e fazer com que a Bahia se torne farol na situação que nós estamos vivendo.

Nossas políticas em âmbito nacional já foram destruídas, mas cabe a nós, aqui, no estado, fazer com que essas iniciativas positivas sejam concretizadas, sejam

executadas. Precisamos manter uma política para terreiros, para quilombos, para comunidades indígenas, fundo e fecho de pastos, com a qualidade que era pensada nacionalmente. Aqui, na Bahia, podemos dizer para o Brasil: essa política terá continuidade, essa política não vai se exaurir nos quatro cantos da Bahia.

E, para finalizar, eu fico pensando que essa iniciativa, deputada, trazer na Semana da África a promoção dos povos e comunidades tradicionais é um acerto. Precisamos, inclusive, que em outros momentos possamos reverter a mesa. E que a comunidade possa falar sobre as suas necessidades de forma específica e que os técnicos do estado escutem atentamente quais são as nossas reais necessidades.

Muito obrigada e sucesso a nossa luta, que é nossa, urbana e rural. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada, Luciana.

Nós, na Comissão da Promoção da Igualdade, já apresentamos uma iniciativa de fazer algumas audiências públicas itinerantes, ou seja, fazer a audiência da comissão da Assembleia Legislativa, da Comissão da Promoção da Igualdade, lá, no município, mais perto das pessoas e a sua fala veio reforçar esse pensamento. Nós vamos programar nas reuniões da comissão.

Agora, nós vamos ouvir mais uma voz e violão. E, dessa vez, quem sabe, vamos ficar de pé para balançar um pouco o esqueleto e respirar fundo. Eu não sei o que é que Pedro Son vai tocar, mas penso que vai balançar.

É com você, Pedro Son.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a Presidenta (Fátima Nunes Lula): Não falei que o povo ia levantar? Que bom!

Agora, nós vamos ouvir o Dr. Leandro Bastos Nunes, da Procuradoria da República na Bahia, do Ministério Público Federal. (Palmas)

O Sr. LEANDRO BASTOS NUNES: Boa tarde a todos e a todas! Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite efetuado pela deputada Fátima Nunes, elogiar a iniciativa e parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia por este evento de fundamental importância para os povos quilombolas, cuja luta por seus direitos vem se arrastando há muito tempo.

Nós, do Ministério Público Federal, conhecemos bem o drama e a situação dos quilombolas. Atuamos em diversos casos, em diversos inquéritos civis e vemos muitas dificuldades por parte dos órgãos públicos, para que as políticas públicas e o reconhecimento das terras dos quilombolas sejam efetivados.

Eu vou listar, aqui, apenas um caso muito conhecido na imprensa e mundialmente, ou seja, no âmbito internacional, que são os quilombolas Rio dos Macacos. Desde 2012, o ano em que fui removido aqui para a Bahia, que eu tive a oportunidade de conhecer esse inquérito civil, realizamos audiências públicas, no Ministério Público Federal foram duas, entramos com ações civis públicas juntamente com a Defensoria Público da União, além de diversas reuniões. E aqui

também gostaria de parabenizar a atuação, nesse caso, da Sepromi, da Defensoria Pública do Estado, que também nos ajudou, da Defensoria Pública da União, que foi uma parceira nesse reconhecimento, nessa luta dos direitos dos quilombolas, tem sido uma grande parceira.

Eu acredito e sou um apaixonado pela união das instituições. Estamos vivendo no país há muito tempo uma crise entre várias instituições e está na hora de todos nós unirmos forças para que possamos progredir. Não há que se falar em uma instituição melhor do que a outra, e, sim, em todas as instituições como importantes para a formação, para o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito.

Agora em junho vamos fazer uma sessão no Ministério Público Federal, inclusive vamos enviar um convite a todos aqui presentes, para que possamos entregar o título para a Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, emitido pelo cartório, a certificação das terras. (Palmas) É uma conquista que foi feita à base de muita luta, muito conflito com a Marinha, tivemos muitos problemas, tivemos algumas críticas, mas a gente diz que não depende só do Ministério Público, depende de vários órgãos públicos, depende de outros poderes também da República, depende de orçamento muitas vezes de vários entes envolvidos.

Mas neste caso específico, a gente teve um esforço conjunto de vários órgãos, e aqui é preciso dizer, não foi fácil, não foi algo rápido, que ainda está tramitando inclusive. E além da Comunidade Rio dos Macacos, outras comunidades também aguardam o reconhecimento de seus direitos. Temos inúmeros inquéritos civis, e em alguns deles, inclusive, já foi judicializada a questão, ou seja, pela demora, pela morosidade do Incra em certificar, em reconhecer por intermédio do Relatório Técnico de Identificação, RTID, o Ministério Público teve que ajuizar ações civis públicas para que o juiz fixasse um prazo razoável de conclusão do processo administrativo, de certificação das terras quilombolas.

Então, o que eu acredito, o que eu prego sempre nas minhas audiências públicas, em todas as falas minhas, nos meus artigos, nas minhas ações, é a união de todos, uma união conjunta, porque o que está em jogo é o direito de pessoas que precisam do apoio do poder público e das instituições que têm a missão constitucional de tutelar seus direitos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada, Dr. Leandro Bastos.

Agora eu concedo a palavra à Sr.^a Coordenadora da Defensoria Pública Especializada em Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante, Dr.^a Livia Silva Almeida, que neste ato representa o defensor público Dr. Rafson Saraiva Ximenes.

A Sr.^a LÍVIA SILVA ALMEIDA: Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Mais uma vez, deputada, eu agradeço a oportunidade e o convite feito à Defensoria

Pública da Bahia de estar aqui nesta Casa, no meio do povo, que é a razão de ser desta Casa e da Defensoria Pública.

Cumprimento todos da Mesa no nome da deputada Fátima Nunes.

Estou muito feliz de estar aqui neste dia em comemoração ao Dia da África, porque eu acho importante falarmos sobre isso, apesar de eu não considerar este dia um dia para ser comemorado. Infelizmente, as senzalas e os navios não existem mais, mas nós temos as prisões abarrotadas de corpos negros de mulheres e homens, nós temos as periferias e os subúrbios abarrotados de corpos negros tendo seus direitos diuturnamente vilipendiados pelo Estado e pela sociedade. Então, eu acho que este dia, mais do que um dia de comemoração, é um dia de empoderamento e reflexão para que vocês saibam que direito não é favor, direito é direito. Vocês têm um poder muito grande, que é o poder de voz, o poder de organização, o poder do voto e vocês podem exigir esse direito de vocês.

Nós tivemos a fala da nossa companheira Ubiraci que disse o quanto estamos tendo que lutar ultimamente não só para avançar, mas para manter o que temos. Ela mencionou aqui hoje a retirada do termo raça, do termo mulheres, do termo gênero, a vontade de retirada do termo violência obstétrica, que também se relaciona muito à população negra, às mulheres negras, porque são elas que sofrem no dia a dia essa violência, porque o Estado e a sociedade entendem que a mulher negra tem mais força, que a mulher negra aguenta mais a dor, o que é mais uma manifestação do racismo.

Então, precisamos sair daqui com essa consciência de que se não lutarmos por uma coisa que nos deveria ser dada sem luta, mas não é, não vamos conseguir. A Defensoria Pública tem lado, a Defensoria está ao lado das mulheres, das mulheres negras, dos negros, dos povos tradicionais, das comunidades tradicionais, da população LGBT, da população marginalizada, para nós é muito importante sempre nos fazermos presente nesses momentos e levar um pouco desse viés de reflexão e de empoderamento, porque educação e direitos são armas. Somos contra o armamento da população, contra o pacote pró crime, mas a favor da educação.

Eu agradeço, mais uma vez, deputada, o convite. Estaremos sempre juntos a favor da população baiana mais vulnerável. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Agradeço muito, Dr.^a Lívia, e sei o quanto a gente aqui na Casa tem buscado essa parceria constante para situações que muitas vezes as pessoas não encontram lá no município e às vezes telefonam, vêm aqui e a gente tem ido muitas vezes à Defensoria e temos encontrado lá parceria para os encaminhamentos necessários para os direitos.

Queria convidar agora a apresentação do grupo Quilombola de Jeremoabo, já estou vendo as pessoas se levantando por ali. Queria agradecer a presença de Zé Romildo, que é o presidente do Conselho das Comunidades Quilombolas de Jeremoabo (palmas), de Tafia, que é presidente da Associação dos Quilombolas de

Juazeiro dos Capotes, também município de Jeremoabo e Cida que é presidente da Associação dos Quilombolas de Viração. Então, parabéns e muito obrigado Jeremoabo por terem vindo, com peso pesado, para participar desta nossa sessão especial.

Queria também agradecer a presença de Antônio Poeta, não sei se ele trouxe uma poesia. Ah! Trouxe. Está bem, está aguardando a hora, não é?

Nós já estamos chegando ao final da sessão. Temos agora os dois oradores, após a apresentação, que são os dois secretários, o secretário Josias Gomes e a secretária Fabya Reis, que fará a sua fala de apresentação e também de encerramento. Porque se hoje estamos aqui na sessão especial da Promoção da Igualdade, do Dia de África e do Dia dos Quilombolas é natural que carregue um pouco mais o tempo, embora, a gente saiba que ela está com uma gripe danada, mas a gente pede aí... eu sei que ela está fazendo um sacrifício, esse frio aqui é terrível, já dei a ela um xale para ver se ela quer se aconchegar, mas ela disse que está resistindo, então vamos só assistir à zabumbada do município de Jeremoabo. Depois do secretário e da secretária ainda tem uma apresentação, mas já é lá encerrando, então dá para a gente aguentar um pouco mais.

Muito obrigada. Com vocês, a Comunidade Quilombola de Jeremoabo com a apresentação. Coordene aí, porque são vocês que sabem como é que faz. (Palmas)

Está faltando alguma coisa? Microfone sem fio rápido, por favor.

Se tiver algum município, alguma comunidade que eu não registrei a presença, por favor, dá o nome para o cerimonial.

(Procede-se à apresentação artística.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada à comunidade. Uma salva de palmas. (Palmas)

Registro a presença de Rejane Pereira, do Quilombola Quingoma, de Lauro de Freitas; de Joceval, do Quilombola Lagoa Grande. Não colocou o município; registro a presença do Quilombola Viração e Siriquinha, de Jeremoabo. Certamente estava aí, no meio da apresentação.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora, vamos ouvir o secretário de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes.

O Sr. JOSIAS GOMES: Deputada Fátima Nunes, eu quero lhe parabenizar por trazer nesta tarde um debate importante para o Estado da Bahia e, porque não dizer, para todos que militam na esquerda brasileira que é lembrar da África, que é lembrar da existência humana: todo mundo começou ali. Mas, mais do que isso, é lembrar também um pouco da história nem tão recente, mas também não muito distante, em que nós tivemos o desprazer de conviver com irmãos e irmãs africanos e africanas trazidos à força para o trabalho aqui, no Brasil, trabalho forçado aqui, no país.

Esse debate, no momento em que nós estamos vivendo retrocessos significativos em nosso país, ele é muito importante, tão importante que na Mesa estamos presenciando figuras extraordinárias do mundo político, da

institucionalidade, da sociedade civil, que aqui vieram prestar sua homenagem a este dia.

Portanto, Fátima, meus parabéns por você ter tido essa sensibilidade para permitir uma reflexão profunda, sobretudo sobre o que somos e em quais oportunidades, de fato, esse país, através dos seus governantes, permitiu debates sobre esse tema, que fosse discutido.

Eu quero dizer que embora o país tenha 519 anos foi governado apenas por 14 anos pela esquerda, com acertos e erros, mas, com certeza, com muito mais acerto do que erros. Nós promovemos condições para que o debate sobre quilombola não ficasse à margem do grande debate desse país, que os debates sobre a agricultura familiar não ficasse à margem. Não deixamos que não fossem instituídas condições para que negros, pobres pudessem ir para as universidades, através de programas como o Prouni, as cotas, aumento de vagas nas universidades públicas. Tudo isso permitiu que, em um curto espaço de tempo de 14 anos, nós aflorássemos uma série de temas importantes.

E nós estamos enfrentando um retrocesso. E que pena que nesses momentos de retrocesso nós não estamos assistindo a esquerda brasileira com a mesma determinação, indo em busca dos seus interesses.

Nós, pela primeira vez no País, tivemos a oportunidade de comparar o que era um governo de esquerda e as nossas bandeiras históricas, pelas quais ceifaram tantas vidas neste País, sendo liberadas. Aqui, nos 14 anos de governo do PT, não existiu nenhuma restrição ao debate de qualquer tema rico às esquerdas. E, mesmo assim, hoje, com esse desmonte generalizado das conquistas que tivemos, não estamos assistindo às manifestações que deveríamos ter visto de todos e todas que louvaram e festejaram vitória de Lula, vitória de Dilma, vitória de Wagner, vitória de Rui, vitória de Fátima e de tantos outros e outras que se elegeram defendendo essas bandeiras.

Nós, ainda, infelizmente, somos minoria no Congresso Nacional e estamos assistindo, possivelmente, a um crescente desmonte, culminando... E espero que nós consigamos reverter essa triste cena de ver a reforma da Previdência sendo aprovada, se isso ocorrer.

Sem dúvida alguma, eu, que já estou passando dos 60, sofrerei menos. Mas, com certeza, meus jovens, vocês terão muitas dificuldades em ter direitos que foram adquiridos ao longo de anos e anos de luta. E nós temos uma democracia tão frágil que ela é, digamos, lampejos de democracia.

Um país em que até 1930 o voto, aqui, era aberto. A conquista do voto feminino se deu na Constituição de 34. Mas embora isso tenha sido conquistado, não pôde votar, porque naquela época nós vivíamos de novo uma ditadura, que durou até 45. Outro período pequeno de democracia tumultuada, de 45 a 64; e de novo outra ditadura. E eu participei ativamente da luta contra ela, a ditadura que se implantou no País em 64 e que perdurou até 1985.

Pois bem, meus companheiros, nós nunca tivemos vida fácil. Nunca foi fácil. Mas parece que nós não entendemos a importância de ter um governo de esquerda dirigindo este País. E eu não sei, Fátima Nunes, como vamos agir para que tenhamos

de volta um governo de esquerda. E se isso não ocorrer, sem dúvida alguma, nós não vamos ter condições de recuperar os nossos direitos, porque foi embora um dos pilares de defesa da classe trabalhadora, que foi a CLT. Eu não vi grandes manifestações contra esse desmonte.

Nós estamos inventando uma moda que nenhum país do mundo criou que é a história da terceirização, quarteirização, seja lá o que for, do serviço público. Oficial, aprovado no Congresso! E aqueles deputados que aprovaram essas blasfêmias contra a classe trabalhadora estão lá de novo! Voltaram como deputados, mesmo tendo feito uns absurdos contra a classe trabalhadora! Essa turma está lá! E quem votou com eles não foi rico, não, porque rico é pouco. Quem votou com eles foi gente pobre!

Ou nós temos que conversar mais com os nossos companheiros, explicar melhor para todos que nós não podemos... em vez de discurso de Josias, de Fátima Nunes e de tantos outros nós temos que ter, companheiras e companheiros, sangue nos olhos e ir à luta! Porque nós temos que ser iguais a madeira de lei, podemos até envergar, mas quebrar nunca! (Palmas)

E da forma como estamos vivendo e do modo que, aqui, a companheira da... Eu estou tão “arretado”! (Risos) A companheira aqui, da Defensoria, já falou.

Olha que absurdo, rapaz! O cara chega lá, diz que cada deputado pode ter cinco revólveres, cinco armas! E todo mundo acha isso um negócio absurdo, mas não sai disso! Nós não saímos disso! Eu, que sou deputado, Fátima, que é deputada, podemos comprar cinco armas, parece que, inclusive, dois fuzis. Para que diabo eu quero arma, meu povo?!

E a gente fica aqui sem saber o que faz. Mas quando tinha uma lutazinha ali para um negócio ou outro, contra uma política qualquer que fosse dos governos de esquerda, a gente se movimentava “virado da peste”!

Hoje, nós estamos sofrendo ataques violentos da direita, da extrema direita! A direita brasileira nunca teve coragem de assumir o seu papel na história do país! Nunca! E, agora, com o nascimento desse louco, essa turma que se dirigiu a ele votou em massa, nessa turma. E com eles grande parte da classe trabalhadora também votou.

E nós, que somos uma parte da esquerda e que representamos a classe trabalhadora, não devemos ficar de braços cruzados numa manifestação importante quanto essa, porque remete a crimes que foram cometidos contra seres humanos e que a reparação só veio a acontecer – ainda com as restrições que permitiu o pouco de poder político que o Lula e a Dilma tiveram – agora. Depois de mais de 100 anos desse crime cometido contra os negros e as negras africanas que vieram para cá forçados eles puderam ter reparação.

Mesmo assim, meus companheiros e companheiras, eu não sinto, hoje, essa pujança que eu via nas manifestações das quais participei na época da ditadura militar. É preciso retomar isso! Incentivar a nossa juventude a se indignar. Jovem que não se indigna hoje quando estiver na minha idade estará na extrema direita. O papel do jovem é ir para a rua se manifestar, mostrar o seu descontentamento com esse estado de coisas para que a gente possa, de fato, construir uma nação como estava

sendo construída: com liberdade, com condições de todos dizerem o que querem. Infelizmente, nós, hoje, não podemos dizer o que queremos, somos tolhidos.

Agora mesmo eu estava vendo uma notícia ali: bastou o Bresser-Pereira anunciar que Lula estava namorando a socióloga da Itaipu Binacional, que trabalhava em Curitiba, para o infeliz do presidente da Binacional fechar o escritório da empresa lá, em Curitiba, sob a alegação de que 200 mil contos de réis era um problema nos cofres da Itaipu Binacional. E ela vai ter que trabalhar em Foz do Iguaçu, ficando sei lá a quantos quilômetros de distância de Curitiba.

É assim que os caras nos tratam! É assim! E nós...

Vou encerrar, viu?

Mas nós temos que voltar para os nossos quilombos, voltar para as nossas comunidades, para as escolas e começar a refletir por que diabo é que nós estamos com essa letargia tão grande! É impossível que isso esteja acontecendo quando todos os nossos direitos estão sendo surrupiados. Todos! Todos!

E não é falta de incentivos para que essas comunidades sobrevivam com dignidade. O governo do estado da Bahia, nos últimos 4 anos, envidando esforços no sentido de melhorar as condições de vida dos quilombolas, das comunidades de fundo e de fecho de pasto, colocou nessas comunidades R\$ 106 milhões.

Então, nós temos de um lado governos que não se preocupam com essas comunidades e povos tradicionais e de outro uma situação em que ou nós refletiremos todos, firmes, sobre o futuro deste nosso país dirigido por uma extrema direita ou nós vamos afundar de uma forma irremediável num caminho sem volta para que a esquerda possa, de fato, voltar a governar o nosso país.

Mas eu sou otimista, eu acredito em nosso povo e eu acredito na garra da classe trabalhadora brasileira, que haverá de se erguer contra esses absurdos!

Um grande abraço e sucesso para nós todos. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, deputado Josias Gomes, licenciado, agora secretário de Desenvolvimento Rural.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Vamos registrar ainda, aqui, Seu Didi das Casinhas, o vice-presidente da Associação Quilombola Casinhas; o Grupo das Zabumbas, que acabou de se apresentar; o Conselho do Meio Ambiente de Jeremoabo; o Sr. Edmilson Sales, ex-subsecretário da Secretaria de Reparação de Salvador, mas que continua na militância. Está sempre aqui, está na rua em busca; Ailton Ferreira, nosso companheiro, batalhador. Chegou cedo aqui; o assessor da nossa querida secretária; Evilásio Rebouças, presidente do Conselho Municipal e do Negro.

A todos os presentes aqui, muito obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora nós vamos ouvir a nossa secretária da Promoção da Igualdade Racial, Fabya Reis.

E vocês não imaginam... Enquanto ela chega lá, eu vou fazer um registro. Vocês não imaginam que aqui, nesta Casa, ainda tem pessoas que se incomodam quando a gente fala em igualdade racial! Fale em igualdade, está tudo bem, mas fale de igualdade racial, não dá certo. E a gente vai ter que continuar batalhando, porque a gente quer a igualdade de gênero, de cor, de raça, porque nós queremos liberdade, cidadania, democracia.

Salve, secretária Fabya Reis. (Palmas)

A Sr.^a FABYA REIS: Boa tarde a todas as pessoas.

Quero, mais uma vez, aqui cumprimentar a deputada Fátima Nunes por nos possibilitar esta tarde que se reporta ao contexto atual, mas que é uma luta que vem de muito longe, é uma luta que vem dos nossos antepassados e que hoje reverbera a garra e a força do povo negro e dos povos e comunidades tradicionais.

Obrigada a todas as comunidades que estão aqui, fazendo esta sessão cheia de sentidos especiais. A cada música, a cada samba de roda, a cada poesia, a cada semblante marcado pela luta a gente se revigora.

Eu dizia à deputada... e eu peço licença à Mesa e vou falando, portanto, no decorrer dos nossos cumprimentos e da nossa saudação nesta sessão especial.

Eu dizia: estou vindo de Ilhéus, a gente teve ações ali, em Ilhéus, e também na Universidade do Sul da Bahia. E lá também o debate hoje era sobre as políticas públicas em defesa da educação, da universidade em nosso país. Uma educação que respeite, efetivamente, a nossa diversidade, a diversidade da nossa gente e que possa fazer, sim, uma inflexão para o conhecimento, não de um conhecimento aprisionado por uma minoria, por uma elite, mas um conhecimento que a gente aprende, e quero agradecer, com essa gente, com o nosso povo, com as comunidades tradicionais e com o povo negro sentado no banco da universidade, no âmbito dos nossos modos de viver, circunscritos nos quilombos em todos os nossos espaços, apoiando e nos ensinando, tanto a fazer política pública como a produzir conhecimento.

Ouvi aqui muito atentamente esta sessão especial, designada pelo nosso governador, que manda um abraço especial e todo o respeito e a reafirmação do compromisso, secretário Josias, com as políticas para a população negra em nosso estado e para os povos de comunidades tradicionais.

Nós que somos a única secretaria do Brasil com caráter estadual. (Palmas) Nós que estamos pactuados com a Organização das Nações Unidas, também o único governador que foi signatário do Pacto da Década Internacional Afrodescendente e que mantém... Aqui, hoje, a companheira Luciana, da Fundação Pedro Calmon, já fez a referência. Nós estamos empenhados para que no nosso orçamento, no nosso próximo PPA as políticas estejam transversalizadas tanto para a promoção da igualdade racial, e aí a nossa ênfase de combate ao racismo institucional, e também para as políticas para os povos de comunidades tradicionais.

Estão aqui os nossos coordenadores executivos, Dr. Cláudio e o Dr. Luiz, que muitos aqui conhecem. Eles têm feito as visitas às nossas comunidades para que a

gente possa aproximar esse diálogo e que as demandas refletidas no PPA sejam, efetivamente, construídas a partir da nossa realidade.

A gente sabe que não há, Ubiraci, política pública sem recurso. E é verdade, nosso deputado, secretário Josias, essas políticas começaram a reverberar quando o nosso ex-presidente Lula criou o Ministério da Igualdade Racial e tomou a decisão da demarcação das terras dos povos tradicionais indígenas e quilombolas. Estabeleceu procedimentos que não foram ainda vistos na estrutura do estado. E a gente sabe o quanto foi um grande passo e o quanto era difícil, nosso superintendente parlamentar, ex-deputado Bira Corôa.

Portanto, aqui, nós, numa verticalização... a Secretaria de Igualdade Racial – que é essa conquista da luta do povo negro, da luta do movimento social negro e dos povos tradicionais – só é possível ser efetivada dentro do estado se nós tivermos um ambiente democrático. Por isso que a democracia é tão importante, porque ela é uma jovem democracia.

Uma jovem democracia que se constrói com a participação da nossa gente. Lá, hoje, há uma determinação às nossas instâncias: a nossa comissão de comunidade de povos tradicionais – está aqui o companheiro Valdivino, que é integrante, representa as comunidades de fundo e fecho de pasto – nós queremos fazê-la funcionar. E mais: transformá-la em conselho.

Assim como nós temos o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, espaço em que sociedade e governo se respeitam e podem ouvir as críticas, as propostas, para que a gente siga caminhando avante. Assim como foi o debate sobre a certificação das comunidades de fundo e de fecho de pasto. E nós da Sepromi continuaremos recebendo as solicitações, porque o direito dos povos tradicionais se autodeterminarem está assegurado. (Palmas)

Hoje, já são 163 comunidades de fundo e fecho de pasto certificadas em 41 municípios, dos nossos 15 territórios. Estamos com os desafios também. Esse é um trabalho conjunto para que possamos seguir com a certificação de mais 291. Estamos fazendo um cronograma e nós iremos, em breve, ainda este ano, concluir todo esse trabalho, companheiro Cosme – que está ali muito atento a nossa sessão.

Quero também, companheiro Martiniano, dizer que é importante a nossa ação do Estatuto da Igualdade Racial no estado. O nosso estatuto em relação ao nacional, está avançado, porque inclui tanto os recursos do Fundo de Combate à Pobreza, nos 10%, como o eixo de combate à intolerância religiosa.

Nós ficamos muito felizes e celebramos. E queremos registrar, nesta sessão de hoje, a aprovação do estatuto municipal da cidade de Salvador, essa que é a capital mais negra fora da África, como uma ferramenta importante.

Esses são os instrumentos sobre os quais temos que dialogar. E nós temos feito esse trabalho dentro do Fórum de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial, dialogando com prefeitos e prefeitas, com os nossos representantes vereadores, porque a gente precisa – em um momento de desmonte dessas políticas e desses instrumentos e marcos legais – dialogar, para que nos municípios onde a nossa

gente, efetivamente, vive, nos territórios, a gente possa ter aliados e essas ferramentas de trabalho.

Então, nos fóruns de gestores em que nós teremos oportunidade, agora – já também prestando contas de fazer uma entrega, de fortalecimento daqueles municípios que estão fomentando a política de igualdade racial –, nós entregaremos os kits com mesas, computadores e utensílios, para que os órgãos de gestores trabalhem de uma maneira melhor com essas ações.

Nós queremos fomentar a criação das superintendências e das coordenações. É fundamental que tanto os organismos como os municípios tenham uma legislação que possa pensar essa ação integrada – e foi dito aqui pela nossa companheira Ubiraci –, com a atenção básica da saúde e a aplicação, também na rede municipal, em consonância conosco, da Lei nº 10.639.

Então, o trabalho da Sepromi tem sido fazer essa grande ativação do conjunto dos nossos secretários e secretárias do governo do estado, pensando nas nossas especificidades, para que a gente apareça no orçamento.

Esse ano, são 86 milhões de assegurados pelo nosso estatuto. Significa dizer que esses recursos precisam estar restritos a isso? Não. Nós tivemos uma experiência extremamente positiva na SDR, no último período. Fizemos o nosso edital específico para as comunidades quilombolas, 9 milhões, assim como nós também fizemos o de 9 milhões para as comunidades indígenas.

Nós já conversamos – eu conversei com o secretário Josias, que está aqui – e sinalizamos, ao fazer essas ações, que elas precisam, continuamente, ser aprimoradas. E nós faremos, como compromisso coletivo, a construção de um seminário no nosso Agosto da Igualdade, para que ajustemos, cada vez mais, esses instrumentos.

Mas é preciso reconhecer que nós estamos firmes! Esse é o compromisso do governo do estado. Esse tem sido o compromisso da Sepromi: estabelecer um diálogo com as nossas comunidades, descer aos nossos territórios. E fazer um diálogo também para dentro, combatendo o racismo institucional para dentro, e fazendo um diálogo de intercessão, ouvindo as nossas comunidades com muito respeito.

Quero, ainda, dizer que nesse último período, recebemos as informações do PNad, em que nós identificamos o aumento da autodeclaração, do autorreconhecimento do nosso povo negro. Isso precisa ser celebrado porque faz parte de duas frentes: da sociedade civil organizada e das políticas públicas que fomentam. E as políticas de cota, que estão hoje sendo ameaçadas, precisam ser defendidas em todas as instâncias da sociedade. Porque são, justamente, a ação e a manifestação em defesa da nossa democracia e dessas políticas, por toda a sociedade, e o compromisso institucional que nos farão atravessar, de cabeça erguida e com muita resistência, como nos ensinaram os nossos antepassados.

Portanto, aqui hoje, eu quero reiterar a nossa ação firme, da nossa equipe de trabalho, que sentará com todas as mesas para que nós estejamos representados no nosso PPA 2020-2024. Para que a nossa década, que já foi reconhecida – e estamos num diálogo franco com a ONU – como referência no Brasil.

E nós queremos, cada vez mais, estar de braços dados com as instituições. Temos aqui a representação da Defensoria Pública, do Ministério Público Federal, que deu a notícia sobre o Quilombo Rio dos Macacos. Quantas vezes nós estivemos lá em situação de conflito, e celebramos que o estado da Bahia sinalizou, por 3 anos, recurso no orçamento para fazer as casas, para auxiliar no processo de inclusão social produtiva.

E que também, já em alinhamento com o nosso secretário Josias, nós dissemos, tão logo seja feita a titulação – porque não podemos entrar na comunidade se não tivermos, efetivamente, a titulação – nós reafirmaremos o compromisso de, juntos, provisionarmos os recursos para desenvolver aquela comunidade e todas as outras nossas quilombolas.

Portanto, meu respeito a todos, as senhoras e os senhores, que estão aqui nesta tarde, celebrando a referência ao Dia da África. Mas também não nos esqueçamos de que este é o mês em que nós marcamos como fato histórico a abolição formal da escravidão, que não acabou.

E que essas ações, e que essa nossa resistência são justamente para que não deixemos aqueles que não acreditam, que querem tirar gênero da transversalidade, deixando de reconhecer a contribuição dessas mulheres na edificação da democracia e do desenvolvimento desse país. Aqueles que querem tirar a palavra negro de todas as políticas e replicar as mentalidades escravocratas, que nós estamos aqui resistentes.

E será nas ruas, será no quilombo, será nas aldeias indígenas, será nos povos e nas comunidades de fundo e fecho de pasto a nossa resistência firme. Porque assim nos ensinou Zumbi, porque assim nos ensinou Dandara, hoje heroína nos livros dos heróis nacionais. Porque queremos ver os companheiros de lutas históricas reconhecidos, mas nós queremos ver a força e a garra dessas mulheres que carregam a vida, não só no ventre, mas na perspectiva de construirmos um novo pacto civilizatório.

Obrigada, meus companheiros e companheiras de trabalho. Um abraço do nosso governador. Eu quero dizer que nós vamos seguir reeditando não só uma década, mas queremos refundar a história desse país com a participação do nosso povo negro.

Axé! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Rufem os tambores, os pandeiros, os violões e tudo o que vocês tiverem aí na mão para tocar, porque nós já estamos chegando ao final do momento, e, segundo Pedro Son me disse, agora realmente é a hora de sairmos daqui do plenário até o saguão.

O poema de Antônio Poeta, por favor, rapidamente, lá da tribuna, para depois sairmos em caminhada com os tambores e os pandeiros rufando.

Agora ouviremos o poeta de Jeremoabo, Antônio Poeta.

O Sr. Antônio Poeta: Muito boa tarde. Obrigado, deputada. Obrigado, Pedro Son, pela oportunidade.

O poema que vou declamar é *Vítima de Preconceitos*. Está neste livro aqui, do qual sou autor, *Desbravando o Cordel, a Poesia e o Sertão*. Você encontra na página 36. E eu digo assim:

“VÍTIMA DE PRECONCEITOS

*Somos seres diferentes
Mas o sangue é uma cor só
Não adianta alguém querer
Do que ninguém ser melhor
Ou querendo ou sem querer
Depois que morrer
Todo mundo vira pó.*

*Somos da espécie humana
Conhecidos como gente
A cor da nossa pele
Não impede de sermos decentes
Todo mundo tem defeito
Porque o único perfeito
É o Criador Onipotente.*

*O passado é o motivo
De toda a nossa existência
Quem for vítima de preconceitos
Precisa ter paciência
As vezes ao ouvir certas besteiras
É melhor fingir que são brincadeiras
Do que partir para a violência.*

*Eu me considero negro
E respeito qualquer cidadão
Me sinto até elogiado
Quando me chamam de “Negão”
Sou simplesmente um negro feliz
Vim das margens do Vaza Barris
Lá das quebradas do sertão.*

*Pode ser que alguém nem queira
Saber da minha naturalidade
Mas quem esquece as próprias raízes
Foi educado pela metade
Pode ter mais chance de ser racista
E amigo da felicidade*

*Critica o que não conhece
E o preconceito permanece
Fortalecendo a maldade.”*

Meu muito obrigado. Que Deus nos abençoe. (Palmas)

(Procede-se à apresentação musical.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Cadê os tambores?

Pedro Son: Cadê nossos pandeiristas? Vamos deixar a deputada encerrar oficialmente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Enquanto os pandeiristas chegam, eu queria registrar aqui que o nosso companheiro Valdivino nos entregou este cartaz para que possamos nos preparar e fazer parte do Seminário Estadual de Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, nos dias 5 a 7 de junho, em Senhor do Bonfim. Aqui está o convite e estão também as pessoas disponíveis para preparar e organizar.

Nós vamos ouvir agora o *Dança aí, nego nagô*, depois, o *Hino da Bahia* e, depois, iremos para o saguão.

(Procede-se à apresentação musical.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Em nome da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares, das Sr.^{as} e dos Srs. Deputadas e Deputados, da imprensa, continuando com o canto da negritude dos quilombolas, saindo para o saguão. Aí vocês fiquem à vontade, podem cantar, a casa é nossa.

Muito obrigada de coração a todos e a todas que guardaram esta tarde tão importante para os debates, para a reflexão e para o fortalecimento da nossa luta. Sem luta não tem democracia. E democracia é o que nós queremos.

Muito obrigada a todos e a todas.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.